



ATA Nº 1/2012

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 27 DE FEVEREIRO DE 2012

-----No dia 27 de fevereiro de 2012, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de fevereiro, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nºs 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, do nº 1 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respetivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para que a FUTURLAGOS – Entidade Empresarial para o Desenvolvimento, E.E.M., promova o Concurso Público Internacional de concessão da exploração de 4 pavilhões do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha/Avenida dos Descobrimentos e fixação das respetivas condições gerais;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para que a FUTURLAGOS – Entidade Empresarial para o Desenvolvimento, E.E.M., promova o Concurso Limitado por prévia qualificação para a concessão da exploração do Parque de Estacionamento Coberto da Frente Ribeirinha e Zonas de Estacionamento Tarifado na Via Pública, em Lagos;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Circulação e Estacionamento na Zona Intra-Muralhas, na Zona de Estacionamento de Duração Limitada e nos Parques Cobertos da Cidade de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação da Proposta de Lei nº 44/XII, relativa à Reorganização Administrativo Territorial Autárquica;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação do pedido de ratificação de Deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião realizada a 4/01/2012, sobre cancelamento de visto do Tribunal de Contas e rescisão do contrato referente à contratação de Empréstimo de Curto Prazo;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de concessionar o Serviço Público de instalação de 50 postes de*

publicidade direcional no Concelho de Lagos e fixação das respetivas condições gerais, à sociedade Extradireccional, Lda.;

- **PONTO 7** - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Artigo 7º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lagos;*
- **PONTO 8** - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 54 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo



PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO A DEPUTADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicada:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pela seguinte Deputada Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SESSÃO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)	28/12/2011

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador



Fl. 2v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PSD

José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante estas verificações, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos	20.55

-----**ATA DE SESSÃO ANTERIOR:** Dispensada a sua leitura, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foi pelo Plenário apreciada a seguinte ata:

-----Ata nº 12/2011 da Sessão Ordinária de dezembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de dezembro de 2011.-----

-----A Ata nº 12/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	3	-	1	1	17
ABSTENÇÕES	5	2	-	0	0	7
VOTOS CONTRA	0	0	-	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 1/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 12/2011 da Sessão Ordinária de dezembro de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de dezembro de 2011.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.57

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 337/2011 a 45/2012, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 269/2011 a 8/2012, inclusive.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta leitura, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)	21.04

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**



-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) proferiu a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, Senhoras e senhores Membros da Assembleia Municipal. Saúdo V. Exa., os demais Membros da Mesa, todos os Membros da Assembleia, a Câmara municipal e o público aqui presente. Fazer eco do desassossego, angústias e receios dos nossos concidadãos foi o compromisso assumido e, por essa razão, hoje, debruçar-nos-emos sobre temas que dizem respeito à nossa vivência coletiva. De entre outras, destacaremos as dificuldades enfrentadas pelo tecido empresarial local, na área do comércio, da construção civil, do imobiliário e dos serviços. O desespero do desemprego, famílias destroçadas, os assaltos e o flagelo da toxicodependência, em crescendo. A limpeza e a higiene urbana deficiente e a iluminação pública, terceiro mundista. Todos sabemos que o Município vive um tempo difícil, mas é nestes momentos que os munícipes mais precisam de serem apoiados. As opções políticas desajustadas, os ruinosos negócios, as ineficiências, as obras inúteis e despesistas esgotaram, certamente, a capacidade de resposta que as circunstâncias, hoje, exigem. É tudo isso, senhoras e senhores Membros da Assembleia, que nos preocupa e nos entristece. É claro que ninguém tem dúvidas quanto aos inegáveis efeitos gerais da crise, mas, por isso mesmo, é esperado que o Executivo Municipal se empenhe na consecução de políticas ativas traduzidas em atos e ações concretas, que minimizem as maleitas daquela e renovem a esperança num futuro viável, afastando paulatinamente a perturbadora ideia deste presente insustentável. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Os Lacobrigenses interrogam-se, com razão, sobre a dimensão e o modo como se pagará a incontrolada dívida municipal e, sobretudo, quais os impactos sociais, desta a médio prazo, no desenvolvimento económico local. Todos sabem que o não pagamento, em tempo útil, a fornecedores prejudica a debilitada tesouraria das empresas, descredibiliza o poder local, não dignifica os seus responsáveis políticos, além de contribuir, também, para mais desemprego e hipotecar o futuro das próximas gerações. Atacar as dificuldades financeiras presentes passa por urgentes e sérias políticas municipais, pelo uso da boa utilização dos recursos disponíveis, infelizmente comprometidos por uma dívida arrasadora, de contornos estruturais, aliás, confirmada na informação prestada pela equipa de auditores, na sessão extraordinária da A.M, de 28/11/2011, como, V. Exas., bem se lembram; um belíssimo número de representação teatral, tacitamente preparado pela Câmara, cuja novidade relevante que nos trouxe foi a imprópria justificação de que a causa da doença residia no desconhecimento e falta de rigor na cabimentação de verbas pelas Juntas de Freguesia. Tal novidade conclusiva ficou justificada a generalizada crítica e censura pública feita à má gestão municipal, por não honrar os compromissos assumidos. Daqui se infere que a haver pedidos de desculpa públicos, estes, terão de vir do Partido Socialista por defender, apoiar e suportar, acriticamente, esta política que, numa década, nos conduziu à situação de desesperança local. O momento é muito sério e injusto exigindo, por isso, viragem de rumo. As dívidas serão forçosamente pagas por quem não as contraiu, já se sabe, mas isso não dispensa, antes impõe, a urgente adoção de políticas dirigidas à retoma da economia local e ao reforço da confiança dos cidadãos nos eleitos locais.



Fl. 3v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Defendemos que a zona intramuralhas, pela sua especificidade, tem características próprias inexploradas que bem utilizadas potenciarão a promoção rápida do relançamento de uma nova imagem da cidade, com vantagens competitivas, no contexto regional. Daí, ninguém compreender o desleixo e abandono a que foi votada. Instiga-se os decisores municipais competentes a definirem a estratégia, os objetivos e os meios. Rumar em direção ao repovoamento e renovação do centro histórico, (dota-lo de capital humano e financeiro) e fazer dele um espaço habitacional, comercial e cultural de qualidade, aberto, dinâmico e seguro. Onde apeteça viver! Desafio arrojado, sem dúvida, que deverá abraçar-se com convicção, inovação e criatividade, envolvendo os proprietários e atrair investidores, na definição de um modelo de gestão participativo e harmonizador dos vários interesses em presença. Um plano de cidade, com programa a dez anos, devidamente articulado, promoverá trabalho e dinamizará a economia local. Pensamos que, nas circunstâncias atuais, o caminho prioritário será este, contrário, portanto, ao apontado e observado nos planos de ordenamento do território aprovados ou em curso, designadamente, no que respeita à opção da expansão das áreas habitacionais e comerciais extra muralhas, pois, a experiência já provou serem aquelas desastrosas para a economia local e regional, sem valor acrescentado, a não ser para garante do interesse particular de uns poucos, em detrimento do interesse público geral, como muito bem venceu, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, aquando a aprovação do plano do Chinicato. Por tudo o que atrás fica dito aumenta a nossa curiosidade em relação ao desejado plano de urbanização de Lagos, em revisão há mais de uma década, especialmente sobre a matéria das novidades. Ouvimos comentar que são desanimadores os sinais dados aconselhando a mais, melhores e aprofundados estudos à luz da realidade presente, apoiados em novos conceitos, meios tecnológicos e científicos, hoje, disponíveis. Os setores primário e secundário que andaram tão arredios, talvez possam, nesta nova fase, prestar contributo complementar à economia local na promoção de atividades, caídas em desuso, mas que historicamente foram fonte de trabalho e prosperidade. Na verdade, a Câmara ufana-se, publicamente, usando uma linguagem impressionadora sobre planeamento da terceira geração, dá assim ares de modernidade, mas o recurso a essas muletas serve apenas de pretexto para justificar os atrasos, pela decisão errada que tomara, em relação à elaboração do "Plano Diretor Municipal," e, desse modo, libertar-se das diretas responsabilidades transferindo-as para terceiros, prática obstinada que produziu frutos, durante muito tempo, mas, hoje, todos já viram que o rei caminha nu. Por fim, Senhor Presidente, levantaremos a questão que, de modo geral, muitos falam, mas se protegem de o fazer abertamente. Refere-se à eficiência e eficácia do funcionamento dos serviços municipais, mormente dos que emitem pareceres sobre projetos de licenciamento de obras particulares. O atraso nas respostas às petições ou exposições dos interessados, o incumprimento dos prazos na emissão dos pareceres, ou, a manhosíssima prática de esperar pelo último dia, que a lei determina, são queixas frequentes que se ouvem. Pareceres carregados de subjetividade, extremamente opinativos, a complicada e restritiva interpretação dos regulamentos e da lei, são



causas apontadas como asfixiantes das empresas e desmotivadoras dos investidores. O atrás referido é em qualquer circunstância inadmissível e, na presente conjuntura, absolutamente intolerável porque gera suspeições, porventura, injustas e desnecessárias e empobrecem o Município. Obviamente que não se pretende apontar o dedo a ninguém, em particular, esse não é o objetivo pelo qual nos movemos. Queremos, tão só, cumprir o dever de porta voz dos que sofrem as consequências e responsabilizar politicamente quem as consente e dá guarida. Isto é, o mínimo do que devemos fazer. Contudo, lembramos que Lagos é a nossa “casa” comum, pertença dos cidadãos, independentemente da origem, convicções, crenças, sexo ou “status quo”. Aqui vivem, trabalham, convivem e envelhecem, têm família e amigos e contribuem fiscalmente para a sustentabilidade e funcionamento dos serviços públicos, conservação e preservação dos bens patrimoniais, ambientais e sócio culturais da comunidade Lacobrigense. Acreditamos que todos, aqui, ambicionam e aspiram ao melhor para esta “grande casa,”. Por isso, no âmbito das competências legais e regimentais, cabe a V. Exa., senhor Presidente da Assembleia, a ponderação da decisão a tomar não lhe sendo difícil concluir que estará na hora de justificar e avaliar, também, a eficiência e eficácia das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia. Aqui ficam preocupações, sugestões, contributos, para que conste.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pela Comissão Permanente: “Deliberou a Assembleia Municipal, na sua 1ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro/2011, realizada no dia 26/09/2011, criar o “Dia Municipal para a Igualdade de Género”. A Comissão Permanente, após análise do assunto, deliberou que o dia em que foi aprovada a Constituição Portuguesa, pós 25 de Abril de 1974, seria o dia que reuniria um simbolismo relacionado com a temática. Assim, a Comissão Permanente propõe: - Que a data de 2 de abril seja considerada como a do “Dia Municipal para a Igualdade de Género”.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocada à votação a Proposta apresentada pela Comissão Permanente.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 2/AM/2012:**-----

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pela Comissão Permanente.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Foi com grande surpresa que foi conhecida a situação de risco eminente de ruína do património histórico/cultural de Lagos que é a ponte de D. Maria, e que provocou o seu encerramento a todo o tipo de tráfego e de uso, mesmo pedonal. O conhecimento do grau de perigosidade de perda desse património, levou a que cidadãos de Lagos tomassem imediatamente a iniciativa de uma Petição Pública na internet e um Abaixo Assinado em Lagos, de cujo resultado foi dado conhecimento a esta Assembleia. Na participação da CDU na discussão pública da proposta de Revisão do Plano de Urbanização de Lagos, foi apresentada uma proposta de solução para a variante da EN 125 fora da Cidade, e nela incluía-se a hipótese de uma nova ponte

rodoviária desde junto do Pingo Doce até ao arruamento existente de acesso às piscinas e pavilhão municipal. Dado o surgimento deste problema da ponte de D. Maria, justifica-se inteiramente que no PU de Lagos seja adotada e a Câmara Municipal desenvolva com urgência e prioridade essa solução, em simultâneo com a decisão de recuperação da ponte D. Maria para peões. Nestes termos a CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere que seja feita essa recomendação à Câmara Municipal de Lagos. Em anexo, inclui-se cópia da peça gráfica da atrás referida proposta para o PU de Lagos.”-----

-----Esta Proposta de Recomendação fazia-se acompanhar da seguinte imagem:



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respetiva apresentação da Proposta de Recomendação e aproveitou para entregar duas Declarações, uma sobre os números do desemprego de 2011 e outra a evocar os vinte e cinco anos sobre a morte de José Afonso e os trinta anos sobre a morte de Adriano Correia de Oliveira, para constarem em Ata:-----

----“O INE divulgou recentemente os dados resultantes do Inquérito ao Emprego do 4º Trimestre de 2011. A taxa de desemprego em sentido restrito calculada para este trimestre é de 14%, o que corresponde a 771 mil desempregados. Em sentido lato, isto é, incluindo o subemprego visível e os inativos disponíveis, a taxa de desemprego situa-se nos 20,3%, o que corresponde a mais de um milhão e cento e sessenta mil desempregados. Os dados agora divulgados refletem uma subida impressionante de desemprego no último trimestre de 2011 e uma queda enorme no emprego, Não há memória de queda tão abrupta no emprego e de subida do



desemprego, entre dois trimestres consecutivos. Das subidas de desemprego registadas por grupos etários, destacam-se sem margem para dúvida a taxa de desemprego atingida entre os jovens – 35,4%. Dada a evolução da taxa de desemprego nos vários trimestres de 2011 (respetivamente de 12,4%, 12,1%, 12,4% e 14%) verifica-se que a taxa de desemprego média anual em sentido restrito (12,7%) superou todas as estimativas apresentadas quer pelo Governo (12,5%), quer pelo FMI (12,4%), quer pela Comissão Europeia (12,6%), quer pela OCDE (12,5%). Os dados sobre o emprego divulgados pelo INE confirmam uma acelerada degradação dos valores de desemprego em todo o país, sendo que é no Algarve que o número de trabalhadores desempregados atinge o seu máximo com um total de 17,5% do conjunto da população ativa. Um valor que ainda assim, fica aquém do número real de trabalhadores no desemprego. Se aos 17,5% divulgados se adicionar o chamado subemprego visível (trabalhadores em formação ou que efetuem uma hora de trabalho por semana) e os chamados inativos disponíveis (todos os que por diversas circunstâncias já desistiram de procurar aquilo que não encontram – emprego) ficamos com um valor próximo dos 22,5%, ou seja, cerca de 50 mil trabalhadores desempregados na região do Algarve. Relembramos que por detrás destes números, encontramos uma realidade de catástrofe social que atira dezenas de milhar de algarvios para a pobreza, para a emigração, para situações de privação e fome que há muito deveriam ter sido erradicadas. São homens, mulheres e jovens que deveriam estar a produzir, a fazer a região e o país andar para a frente, e que se encontram atirados para o desemprego, que por sua vez alimenta o ciclo vicioso da exploração, dos baixos salários e da precariedade que enche os bolsos de alguns, mas arrasa a vida da maioria dos trabalhadores. Responsabilizamos os sucessivos governos e os partidos que os sustentam, por esta catástrofe social. A aplicação em curso do Pacto de Agressão que PS, PSD e CDS assumiram com a União Europeia e o FMI, é em si, um fator de agravamento da destruição de postos de trabalho, de empresas, de capacidade produtiva, de degradação do valor dos salários e da exploração. Tem ainda particular significado que seja precisamente num momento, em que o desemprego atinge esta dimensão histórica que – por via do acordo que o governo celebrou com o patronato e a UGT – se esteja a discutir a redução do valor e do tempo de duração do subsídio de desemprego. Ouviremos seguramente por parte de muitos dirigentes locais e regionais do PS, do PSD e do CDS, lamentarem este número. Mas não há volta a dar. À medida que o tempo passa, ao algarvios vão percebendo cada vez melhor a falácia dos que fazem um discurso na região, mas apoiam todas e cada uma das medidas de terrorismo económico e social como foi o caso da imposição de portagens na Via do Infante. Apelamos à intensificação da luta dos trabalhadores e do povo do Algarve pela rejeição desta política. É preciso aumentar salários e alargar o poder de compra. É urgente defender e dinamizar o aparelho produtivo e recusar a política de mono atividade do Turismo na região. É necessários ir buscar dinheiro onde ele está tributando a banca, a especulação e os grandes negócios. É urgente dinamizar o investimento público e relançar a atividade económica. É necessário recuperar o controlo dos setores estratégicos da economia. Só outra política, patriótica e de esquerda, ao serviço dos trabalhadores,



Fl. 5v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

da região e do povo português, poderá garantir um Portugal com futuro.”-----

-----“Completam-se 25 anos sobre a morte de José Afonso e 30 anos sobre a de Adriano Correia de Oliveira. É com emoção que se evocam estes dois cidadãos, nomes marcantes da cultura portuguesa, e destacados interventores no combate para instauração e consolidação da democracia em Portugal. Cultores e intérpretes da música tradicional portuguesa, a cujo desenvolvimento e evolução deram decisivo impulso, sempre em profunda ligação com o melhor da cultura popular, o Zeca e o Adriano são hoje referências incontornáveis no Portugal do século XX. Esta evocação, trazendo-os para a presença nos nossos dias, com o reconhecimento do contributo para a cultura portuguesa, e de como a sua música, a sua voz, a sua presença, continuam vivas entre nós, é a melhor saudação, plena de justiça, que hoje se pode fazer à sua memória.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) aproveitou ainda para anunciar o facto da CDU se solidarizar com a tomada de posição da Câmara Municipal sobre as obras da Escola Júlio Dantas, sugerindo à Assembleia Municipal que tomasse posição sobre este assunto, e para protestar em relação aos aumentos brutais que as tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos tiveram no início do presente ano.-----

-----Havendo outra Proposta de Recomendação sobre o assunto: “Ponte D. Maria em Lagos”, foi presente ao Plenário, para apreciação, em simultâneo com a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “A recente interdição de qualquer tipo de circulação na ponte D. Maria II em Lagos, devido ao assentamento de um dos seus pilares, surge-nos como momento de crise que deve ser usado para reponderar o papel desta estrutura na cidade. Neste momento deveríamos pesar a sua importância histórica e o seu papel rodoviário. Sabemos que, do ponto de vista histórico, o seu valor é inestimável, apesar das intervenções mais ou menos profundas que os séculos lhe foram impondo. Este património, neste século XXI, deveria ser alvo de valorização e não gerido a partir de uma visão tecnocrática que privilegia a funcionalidade rodoviária. Esta funcionalidade é eficazmente desempenhada pela ponte situada a duzentos metros para montante, que serve a EN125. Acreditamos que o seu largo tabuleiro de quatro faixas suporta perfeitamente tanto o trânsito local, como o trânsito sub-regional. O trânsito local Lagos/Meia Praia, sofre apenas de picos significativos em dois meses do ano, correspondendo ao período estival. Manter uma ponte histórica refém do serviço rodoviário para alimentar este pequeno tráfico, quando existe uma alternativa bem perto, é um erro do passado que o presente deveria corrigir. A correção rodoviária exigida para orientar o trânsito para a atual ponte da EN125, não se afigura problemática, como a própria câmara já pôde constatar, ao criar uma rotunda provisória a nascente dessa mesma passagem. Parece-nos que uma rotunda definitiva aí colocada, com duas faixas viárias seria o suficiente para fazer fluir os veículos do trânsito local e sub-regional. Antes da chegada à rotunda, pelo lado nascente, deveriam surgir duas faixas viárias, a fim de orientar ora para a cidade, ora para a Meia Praia, sem causar qualquer embaraço rodoviário. No seguimento da rotunda para a Meia Praia bastaria uma faixa no sentido Norte-Sul, mas mostrar-se-



iam úteis duas no sentido inverso, para escoar o trânsito de fim de dia de praia, que consegue episódios de verdadeiro congestionamento. Por fim, uma placa rodoviária em forma de gota poderia resolver a situação na estrada que serve a entrada do Pingo-Doce e oficinas. Eram um esforço financeiro e um transtorno rodoviário menores para o fim meritório de restaurar a antiquíssima ponte D. Maria, que poderia acrescer ao património da cidade como monumento legítimo que é. A incorreta perceção patrimonial dos idos anos 50 do século passado não deve condicionar para todo o sempre um importante património que a todos os lacobrigenses pertence e que, com orgulho, poderia ser oferecido aos olhos dos visitantes da cidade, à semelhança do que acontece com estruturas idênticas noutras urbes algarvias, nomeadamente Silves e Tavira. Assim, e porque a situação atual exige repensar a sua função e a sua relação com a cidade. O Bloco de Esquerda vem por este meio recomendar ao Município de Lagos: que delineie o restauro da Ponte D. Maria II, considerando quatro objetivos fundamentais, a saber: a) consolidação estrutural, através do reforço das fundações e pilares, e prevenção de futura deterioração, eliminando de todo o trânsito motorizado. O uso de materiais condicentes com o estatuto histórico do objeto é decisivo, sendo essencial a intervenção de equipas especializadas e não apenas de uma infeliz intervenção com base nos pressupostos rodoviários atuais, que exigem materiais hodiernos desarmónicos. b) eliminação de elementos dissonantes: é crucial retirar o tabuleiro de betão (finais dos anos 50) e a tubagem que atravessa a ponte de forma bastante visível. A existência da nova ponte que serve a EN125 retirou importância rodoviária a esta estrutura e, deste modo, os lacobrigenses devem optar pela preservação e ostentação do seu património, em vez de fazerem cálculos meramente funcionais. A ideia de uma Lagos histórica, repetidamente apregoada pela edilidade municipal, não pode ser apenas uma alocação vã, que não se traduza em opções políticas corajosas e concretas. c) reposição do perfil original, conforme é atestado por fotos do séc. XX, anteriores à intervenção para configurar uma passagem da Estrada Nacional 125, ou em iconografia anterior. Apesar de sabermos que a estrutura sofreu várias intervenções profundas, a matriz manteve-se sempre, por força do uso de materiais tradicionais, nas cantarias de pedra ou alvenarias de composição mais terrosa, como eventualmente aconteceria nos muros de guarda. d) pedonalização: privilegiando o usufruto da zona, com base no valor histórico da construção, a beleza do sapal envolvente e na elegância das estruturas modernas, como a marina, deve dar-se trânsito exclusivo para peões e bicicletas, não impedindo a eventual passagem de pequenos comboios turísticos, caso não ofereça perigo para os transeuntes. Esta pedonalização pode bem ser um remate convincente para todo o “calçadão” da marginal de Lagos, fazendo até uma ligação mais orgânica ao passeio da envolvente da marina, conseguindo-se uma articulação mais sólida do que a obtida unicamente pelo uso da ponte metálica levadiça.”-----
-----A Sra. Manuela Goes (BE) fez a respetiva apresentação da Proposta de Recomendação.-----
-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) começou por perguntar à CDU se a hipótese de ponte apresentada no mapa anexo



Fl. 6v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ao documento apresentado pela CDU era pedonal ou viária.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CD) esclareceu que a ponte proposta é viária.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta d Freguesia de Santa Maria), após este esclarecimento, disse não concordar com a hipótese apresentada pela CDU, uma vez que fazer escoar o trânsito vindo da Meia-Praia, para a artéria em causa não é viável e nem resolve o problema, pelo que o PS não concorda com a Proposta de Recomendação apresentada pela CDU. Em relação ao documento apresentado pelo BE disse estar de acordo com alguns aspetos mencionados, como a valorização do património, mas não concorda com a interdição, definitiva, da atual ponte ao trânsito. Anunciou que o PS não iria votar, favoravelmente, qualquer das Propostas de Recomendação apresentadas.-----

-----A Sra. Manuel Goes (BE), referindo-se ao documento apresentado pela CDU, disse ter algumas reservas em relação à construção da ponte sugerida, uma vez que a mesma seria construída sobre o sapal, sendo o sapal um espaço a preservar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que, apesar de não concordar com o proposto no documento do BE, concorda com a parte inicial do mesmo, pelo que anunciou o voto a favor da Proposta de Recomendação apresentada pelo BE.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que tinha feito uma ressalva ao documento da CDU, mas iria votar a favor da Proposta de Recomendação apresentada pela CDU.-

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	-	1	1	2
ABSTENÇÕES	1	5	-	0	0	6
VOTOS CONTRA	17	0	-	0	0	17

-----**DELIBERAÇÃO Nº 3/AM/2012:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	-	1	1	2
ABSTENÇÕES	1	5	-	0	0	6
VOTOS CONTRA	17	0	-	0	0	17

-----**DELIBERAÇÃO Nº 4/AM/2012:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “O PSD absteve-se, no que diz respeito a estas duas Propostas de Recomendação, por não ter, neste momento, dados técnicos que nos permitam definir uma solução definitiva para a problemática da ponte D. Maria II, o que desde logo, prejudica a discussão em curso.”-----



-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “Considerando que: a) o Governo apresentou na Assembleia da República a proposta de lei nº 44/XII conducente, entre outras medidas, à extinção de mais de 1.300 freguesias, justificando tal opção política com o seu elevado número e reduzida dimensão de muitas delas, situação que irá acentuar as assimetrias entre o litoral mais urbano e o interior rural; b) igualmente anunciada está a intenção de proceder com intuito semelhante, mas de forma menos drástica, em relação aos municípios; c) a maioria das freguesias tem largas centenas de anos, porque oriundas das paróquias católicas, e no que aos concelhos respeita, muitos têm também centenas de anos, encontrando-se este mapa consolidado há mais de 150 anos, mapa este que reflete necessariamente as identidades locais e cuja legitimidade é inclusivamente anterior à Constituição; d) a Constituição de 1976 reserva para lei da Assembleia da República a divisão administrativa (artigos 164.º, alínea n), 236.º, n.º 4), exigindo assim a exclusiva competência do órgão legislativo dotado da legitimidade direta do voto dos cidadãos; e) a Constituição exige ainda, quanto às alterações ao mapa dos municípios, seja ela por criação, extinção ou modificação territorial, a audição dos órgãos do município afetado (artigo 249.º); f) igual exigência apesar de não ser feita quanto às freguesias, acaba por decorrer da Carta Europeia da Autonomia Local, tratado internacional ao qual Portugal aderiu e se encontra vinculado, e que exige, no seu artigo 5.º: “As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita.”; g) o Governo, apesar de preocupado com o cumprimento de compromissos internacionais que nem sequer a forma de tratado revestem, ou foram sequer escrutinados pela Assembleia da República e pelo Presidente da República (o que poderia abrir o perigoso caminho da fiscalização da sua constitucionalidade ou da sua submissão a referendo), teria por via da instituição do referendo a possibilidade de cumprir com esta obrigação internacional prevista no artigo 5.º da Carta Europeia da Autonomia Local. A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária a 27 de fevereiro de 2012, nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, delibera: 1 – Assumir a defesa da realização obrigatória de referendos locais, nas autarquias afetadas, quando esteja em causa a criação, extinção, fusão ou alteração territorial das autarquias locais. 2 – Considerar que a proposta de lei nº 44/XII não responde de forma adequada às necessidades e anseios dos autarcas, das populações e do país. 3 – Remeter a presente moção a Suas Excelências o Presidente da República, o Primeiro-ministro, o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à ANAFRE.”-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) fez a respetiva apresentação da Moção.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta introdução, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:



Fl. 7v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.32

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria), uma vez que este assunto está num dos Pontos da Ordem do Dia, sugeriu que esta Moção fosse apreciada e votada aquando da apreciação do respetivo Ponto da Ordem do Dia.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que não havia a certeza de que os trabalhos da Assembleia Municipal chegassem, neste dia, ao Ponto em que este assunto está agendado e uma vez que no dia um de março começa a discussão na Assembleia da República sobre este assunto, seria de todo conveniente que a Assembleia Municipal tomasse a sua posição em relação ao tema ainda durante a presente reunião.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que votaria o documento em qualquer altura e respeita a posição do BE, mas não é a tomada de posição da Assembleia Municipal de Lagos, antes ou depois da apreciação do assunto na Assembleia da República, que vai ser importante, uma vez que o que a Associação Nacional de Municípios Portugueses solicita é que as Assembleias Municipais se pronunciem sobre o assunto para mais tarde esta Associação fundamentar um parecer conjunto.-

-----A Sra. Manuela Goes (BE) retirou a Moção em causa e anunciou a apresentação da mesma aquando da apreciação do Ponto 4 da Ordem do Dia - Apreciação da Proposta de Lei nº 44/XII, relativa à Reorganização Administrativo Territorial Autárquica.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “A Iniciativa Novas Oportunidades (INO) permitiu nos últimos anos a formação e a certificação de competências de milhares de jovens e adultos, dando um novo valor à aprendizagem ao longo da vida. Para muitos dos formandos, esta foi uma experiência ímpar de regresso à escola, de valorização das competências adquiridas e de acesso a novas formações qualificantes. Passados mais de seis anos sobre o início do Programa INO está criada uma rede de Centros Novas Oportunidades que contam hoje com profissionais experientes e um saber acumulado que permite fazer uma avaliação séria da iniciativa, de modo a corrigir metodologias de trabalho, objetivos e públicos-alvo, qualidade das formações e rigor das certificações atribuídas. Sendo a educação e formação de adultos um dos eixos centrais de uma política educativa que aposte na qualificação dos portugueses, é necessário que o país possa avaliar o caminho percorrido nos últimos anos, de modo a responder a eventuais falhas e dificuldades que permitam melhorar os resultados do Programa. Também o novo Governo assumiu a avaliação da INO como ponto de partida para a política a definir. Em sucessivas afirmações públicas, os novos responsáveis do Ministério da Educação e Ciência comprometeram-se a realizar essa avaliação e nela sustentar as suas decisões sobre o futuro da INO. À revelia destas declarações, nos últimos meses sucederam-se encerramentos de Centros Novas Oportunidades um pouco por todo o país. Depois dos encerramentos dos CNO do Instituto de Emprego e



Formação Profissional, foi a vez de dezenas de CNO da responsabilidade direta do MEC receberem a indicação de que a sua candidatura a financiamento até agosto de 2012 foi recusada. Esta indicação por e-mail ainda não foi oficializada nem justificada por critérios objetivos. Os Centros “a encerrar” nem sequer sabem o que lhes acontecerá. Ou seja, oito meses depois da tomada de posse do novo Governo, não há qualquer avaliação do programa e dos seus resultados, apenas intenções de encerramento e de desmantelamento da rede. Com trabalho programado e processos em curso, formandos e profissionais ficaram sem perspetiva de futuro, enquanto os CNO que obtiveram financiamento não conseguem absorver toda a procura. Há regiões inteiras que ficam sem oferta, há profissionais e técnicos com contratos de trabalho firmados até dezembro de 2013 e ainda, nas escolas públicas, professores dos quadros que eram formadores e ficam agora sem horário até ao final do ano letivo. Há, assim, um enorme desperdício de recursos, de capacidade instalada e de experiência adquirida, sem que se vislumbre qualquer alternativa válida de oferta no que toca à educação e formação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida. Num país que enfrenta uma crise económica sem precedentes é fundamental apostar na educação e qualificação das pessoas para proceder a uma reconversão económica que permita vencer a crise. É preciso proceder a uma avaliação séria e credível, que permita repensar a Iniciativa Novas Oportunidades à luz das suas dificuldades e falhas mas também das suas vantagens. Dada a capacidade instalada nos diferentes CNO e as expectativas legítimas dos formandos, é fundamental que o Ministério da Educação e Ciência possa assegurar o financiamento dos CNO cuja candidatura não foi aprovada até agosto. Esse encargo nem é particularmente pesado – em particular nas escolas públicas, onde os formadores são professores dos quadros, bastaria apenas assegurar o encargo salarial dos técnicos e profissionais, cerca de quatro por CNO. Durante este período será possível realizar uma avaliação séria da INO e planejar adequadamente o equilíbrio territorial da rede, as ofertas a disponibilizar e a promoção da qualidade dos processos de trabalho para o próximo ano letivo. A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 27 de fevereiro de 2012, defende: 1. A suspensão do encerramento de Centros Novas Oportunidades. 2. Que o Ministério da Educação e Ciência assuma até 31 de agosto de 2012 os encargos relativos ao funcionamento dos Centros Novas Oportunidades cuja candidatura a financiamento foi recusada. 3. Que o Ministério da Educação e da Ciência promova até 31 de agosto de 2012 uma avaliação por uma entidade independente da qualidade das formações/ certificações obtidas ao abrigo da INO, da adequação da rede e das ofertas, avaliação essa que permita sustentar decisões políticas futuras. 4. Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação e Ciência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sindicatos do setor da Educação, comunicação social nacional e regional.”-----
-----A Sra. Manuela Goes (BE) fez a respetiva apresentação da Moção.-----
-----A Sra. Clara Rato (PS) disse o seguinte: “Os membros da bancada do PS vão votar a favor desta moção, porque acreditam que toda a gente deve ter acesso à Educação. Atualmente para se ter acesso a uma formação profissional tem que se



Fl. 8v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ser detentor de uma base escolar. Neste sentido, os CNO's têm trabalhado em articulação com o IIEFP com o objetivo de permitirem aos adultos a aquisição de qualificação escolar para posteriormente ingressarem em cursos EFA. Este tipo de cursos é normalmente de dupla certificação, ou seja, a par de uma qualificação profissional poderão obter a vertente escolar. Para além disso, há muitos adultos que, pelas mais variadas razões, ficaram com o ensino secundário incompleto e nas suas profissões tiveram muitas formações internas, como é o caso das forças policiais, PSP e GNR e dos Bombeiros que têm imensas horas de formação, mas estas não lhes concedem a qualificação escolar. A GNR, a PSP e a Proteção Civil fizeram protocolos com os CNO's no sentido de verem validadas e certificadas todas as horas (e são muitas) de formação que são obrigados a ter devido ao cargo que exercem e até para progredirem na carreira. Outro dos aspetos e talvez um dos mais importantes é o modo como os adultos começaram a encarar a escola. Para muitos deles a escola era sinónimo de reguadas e outros castigos corporais e através dos CNO's aproximaram-se inclusivamente dos seus filhos, dando mais valor “à escola” e ao ato de aprender. Finalmente e nunca esquecendo que a escola existe por causa dos alunos, a realidade é que só com alunos não pode funcionar. Então entram os profissionais que trabalham nos CNO's: professores e técnicos a quem foi pedido que montassem um projeto. Todos esses profissionais têm orientado e formado muitos adultos e jovens a encontrar um caminho. De repente, sem nenhuma avaliação credível (a única avaliação que há devidamente documentada foi liderada pelo Dr. Roberto Carneiro) há CNO's que são fechados porque não lhes é concedido o financiamento. Foi comunicado (por e-mail) a alguns deles que poderiam funcionar se tivessem dinheiro, ora como eram financiados pelo POPH que é gerido pelo Estado, logicamente que não têm dinheiro. Isto passa-se essencialmente com os centros privados, como é o caso da Associação Vicentina que ficou “pendurada” conjuntamente com os adultos e também os que lá trabalhavam e tinham contratos até fim de 2012.”-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	-	1	1	21
ABSTENÇÕES	0	1	-	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	4	-	0	0	4

-----**DELIBERAÇÃO Nº 5/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Em relação a esta problemática o que o PSD queria aqui deixar claro é que as realidades de hoje são diferentes daquelas que existiam há seis anos. A reformulação, reestruturação e qualificação do sistema escolar e de programas desta natureza do Estado português deram início, com a tomada de posse do Governo liderado por Passos Coelho. Neste sentido e perante todas as dúvidas que a própria proponente lança sobre este tipo de iniciativas referidas no documento, não poderíamos, obviamente, votar a



favor. Ainda para mais na situação atual do País em que existe uma contenção orçamental que nos é imposta pelos últimos dez anos de governação socialista que descredibilizaram o País, que descredibilizaram a própria educação e o sistema educativo português e que neste momento o PSD e o CDS tentam, a todo o custo, lançar e relançar tanto a nível interno como externo.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “A crise social que o país atravessa tem hoje um impacto particular sobre as crianças e jovens. Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2010, com dados referentes aos rendimentos de 2009) cerca de 18% da população portuguesa está abaixo do limiar da pobreza, valor já ultrapassado pela taxa de pobreza infantil, uma vez que praticamente uma em cada quatro crianças vive na pobreza (23%). Como estes indicadores são de 2009, o agravamento das condições de vida da maioria das famílias no nosso país só pode ter como efeito o aumento destes números da pobreza infantil. Quem conhece as escolas portuguesas, sabe aí como é visível o impacto da crise sobre os mais jovens. Nos últimos meses, na comunicação social e nas redes sociais multiplicaram-se relatos e testemunhos sobre crianças que chegam à escola, no início do dia de aulas, sem nada terem comido – e que aguardam depois pelo Programa de Leite Escolar no 1º ciclo, ou pelas refeições escolares do almoço. Para milhares de crianças e jovens, a manhã na escola é passada em jejum. São crianças e jovens cuja história familiar é a história da crise social portuguesa dos últimos dois anos: famílias pobres que empobreceram ainda mais, famílias a braços com situações de desemprego, famílias com perda ou insuficiência de apoios sociais. Esta situação não atinge apenas setores tradicionalmente carenciados, abrangendo hoje quem nunca imaginou viver situações de “pobreza envergonhada”. A escola pública e as comunidades educativas não podem fechar olhos à multiplicação de situações de carência. Aliás, muito do que foi tornado público surge pela voz de professores, funcionários e associações de pais que procuram encontrar respostas e apoios para as diferentes situações. Por estas razões, é urgente a criação de um Programa de Pequeno-almoço na Escola para todas as crianças que frequentam o pré-escolar e a escolaridade obrigatória, através do qual as crianças e os jovens poderão ter acesso a uma refeição pela manhã, mediante inscrição feita pelos encarregados de educação. Não se trata dum programa apenas para os alunos que beneficiam de ação social escolar, pois tornou-se evidente a progressiva restrição a que este programa tem sido condenado nos últimos anos, deixando de fora muitas famílias com dificuldades. Respondendo a sucessivos apelos de organizações de pais e da sociedade civil, a criação de um programa deste tipo terá enorme impacto nas escolas e na vida de milhares de crianças e jovens. Para que nenhum(a) comece o dia em que vai aprender coisas novas com fome. Assim, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 27 de fevereiro de 2012: 1 – Apela à Assembleia da República e ao Governo para que seja criado um Programa de Pequeno-almoço na Escola, a ser distribuído diária e gratuitamente, ao longo de todo o ano letivo, mediante inscrição prévia às crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolaridade obrigatória. As verbas necessárias à execução deste Programa serão



Fl. 9v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

atribuídas aos agrupamentos de escolas pelas estruturas descentralizadas de administração escolar do MEC. 2 – Recomenda à Câmara Municipal de Lagos que, no âmbito das competências na área da Educação, planeie com os agrupamentos escolares do concelho a execução deste Programa; na educação pré-escolar e no 1º ciclo esta deverá ser articulada com o Programa de Leite Escolar, de modo a assegurar uma adequada gestão de recursos. 3 – Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação e Ciência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sindicatos de Professores, Associações de Pais, comunicação social nacional e regional.”-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) considerou esta Moção apresentada pelo BE, como “malandra”. Disse que todos concordam com a Moção, mas há que ter em atenção determinados pormenores, pelo que se o BE aceitar a alteração proposta pelo PS, o PS poderá, eventualmente, votar a favor. Disse que poderia chamar a este Programa “Pequeno-almoço para todos”, uma vez que quando se coloca “para todos”, mesmo aqueles que não têm necessidade de ter um pequeno-almoço gratuito na escola, vão querer tê-lo. Referiu que desejava que todos pudessem usufruir de um pequeno-almoço gratuito nas escolas, mas na atual conjuntura isso não é possível, não só em termos de verbas como, humanamente, é impraticável, uma vez que o BE propõe que o pequeno-almoço seja gratuito a partir do pré-escolar até aos dezoito anos, o que significa, a título de exemplo, que no agrupamento de escolas Gil Eanes, seriam servidos cerca de seis mil pequenos-almoços por dia, não havendo capacidade instalada para isso. Disse que já há muitas famílias que pediram o pequeno-almoço e sabe que nenhum pedido foi recusado. Dito isto sugeriu que a Moção onde diz “(...) mediante inscrição prévia às crianças e jovens...”, passasse a dizer “(...) mediante inscrição prévia e análise da verdadeira carência do agregado familiar, às crianças e jovens...”-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) aceitou a alteração proposta.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se a escola tinha capacidade para analisar seis mil requerimentos.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que capacidade para analisar requerimentos existe, sendo que, atualmente, já são analisados centenas de requerimentos.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	1	-	1	1	22
ABSTENÇÕES	0	4	-	0	0	4
VOTOS CONTRA	0	0	-	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 6/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “A crise social que o país atravessa tem hoje um impacto particular sobre as crianças e jovens. Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2010, com dados referentes aos rendimentos de 2009) cerca de 18% da população



portuguesa está abaixo do limiar da pobreza, valor já ultrapassado pela taxa de pobreza infantil, uma vez que praticamente uma em cada quatro crianças vive na pobreza (23%). Como estes indicadores são de 2009, o agravamento das condições de vida da maioria das famílias no nosso país só pode ter como efeito o aumento destes números da pobreza infantil. Quem conhece as escolas portuguesas, sabe aí como é visível o impacto da crise sobre os mais jovens. Nos últimos meses, na comunicação social e nas redes sociais multiplicaram-se relatos e testemunhos sobre crianças que chegam à escola, no início do dia de aulas, sem nada terem comido – e que aguardam depois pelo Programa de Leite Escolar no 1º ciclo, ou pelas refeições escolares do almoço. Para milhares de crianças e jovens, a manhã na escola é passada em jejum. São crianças e jovens cuja história familiar é a história da crise social portuguesa dos últimos dois anos: famílias pobres que empobreceram ainda mais, famílias a braços com situações de desemprego, famílias com perda ou insuficiência de apoios sociais. Esta situação não atinge apenas setores tradicionalmente carenciados, abrangendo hoje quem nunca imaginou viver situações de “pobreza envergonhada”. A escola pública e as comunidades educativas não podem fechar olhos à multiplicação de situações de carência. Aliás, muito do que foi tornado público surge pela voz de professores, funcionários e associações de pais que procuram encontrar respostas e apoios para as diferentes situações. Por estas razões, é urgente a criação de um Programa de Pequeno-almoço na Escola para todas as crianças que frequentam o pré-escolar e a escolaridade obrigatória, através do qual as crianças e os jovens poderão ter acesso a uma refeição pela manhã, mediante inscrição feita pelos encarregados de educação. Não se trata dum programa apenas para os alunos que beneficiam de ação social escolar, pois tornou-se evidente a progressiva restrição a que este programa tem sido condenado nos últimos anos, deixando de fora muitas famílias com dificuldades. Respondendo a sucessivos apelos de organizações de pais e da sociedade civil, a criação de um programa deste tipo terá enorme impacto nas escolas e na vida de milhares de crianças e jovens. Para que nenhum(a) comece o dia em que vai aprender coisas novas com fome. Assim, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 27 de fevereiro de 2012: 1 – Apela à Assembleia da República e ao Governo para que seja criado um Programa de Pequeno-almoço na Escola, a ser distribuído diária e gratuitamente, ao longo de todo o ano letivo, mediante inscrição prévia e análise da verdadeira carência do agregado familiar, às crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolaridade obrigatória. As verbas necessárias à execução deste Programa serão atribuídas aos agrupamentos de escolas pelas estruturas descentralizadas de administração escolar do MEC. 2 – Recomenda à Câmara Municipal de Lagos que, no âmbito das competências na área da Educação, planeie com os agrupamentos escolares do concelho a execução deste Programa; na educação pré-escolar e no 1º ciclo esta deverá ser articulada com o Programa de Leite Escolar, de modo a assegurar uma adequada gestão de recursos. 3 – Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação e Ciência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sindicatos de Professores, Associações



Fl. 10v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

de Pais, comunicação social nacional e regional.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Perante as dúvidas instaladas aquando da discussão deste ponto e perante a inexistência de dados que consigam, de alguma forma, definir o impacto económico e financeiro de um Programa desta natureza no próprio orçamento do Ministério da Educação, nos serviços da escola, na própria organização das mesmas e nas autarquias locais, no âmbito das suas competências, os Deputados Municipais do PSD, à exceção da Deputada Municipal Isabel Azevedo, abstiveram-se por inexistirem quaisquer dados concretos sobre os quais possam debruçar-se de modo a perspetivar este Programa como uma solução credível e efetiva para a nossa realidade escolar.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) leu o seguinte documento: “Congratulação por a TripAdvisor considerar Lagos como o melhor destino de férias para 2012. A Assembleia Municipal de Lagos, na sua sessão ordinária de fevereiro de 2012, congratula-se pelo fato de: A cidade de Lagos ter sido incluída e liderar a lista dos “15 destinos de férias em alta” para 2012, de acordo com o site Internet TripAdvisor. É o único destino nacional da lista. É de destacar que Lagos é o único destino turístico português, de acordo com a escolha dos turistas e editores TripAdvisor, considerado o maior site de viagens do mundo. Segundo este, Lagos lidera o top das preferências dos «15 destinos de férias em alta» para 2012, baseado na opinião dos que utilizam aquela plataforma informática. O património e a história da cidade, bem como as suas praias e a animação dos bares, foram os destaques de que, pela sua opinião, situou Lagos à frente de cidades asiáticas, europeias, sul-americanas e sul-africana. O TripAdvisor disponibiliza mais de 50 milhões de reviews para ajudar a planear as férias dos viajantes, gere 18 sites de viagens em 30 países e recebe cerca de 65 milhões de visitantes por mês. Os 15 destinos de férias em alta, de acordo com o TripAdvisor: 1. Lagos, Portugal; 2. Hua Hin, Tailândia; 3. Tallinn, Estónia; 4. Moscovo, Rússia; 5. Bucareste, Roménia; 6. Innsbruck, Áustria; 7. Estocolmo, Suécia; 8. Cannes, França; 9. Turim, Itália; 10. San Sebastian, Espanha; 11. Austin, Texas; 12. Antigua Guatemala, Guatemala; 13. Seminyak, Indonésia; 14. Cidade do Cabo, África do Sul 15. Queenstown, Nova Zelândia.”. Aproveitou ainda para felicitar o Sr. Vereador Nuno Marques pelo facto de este ter sido nomeado para Vice-Presidente da CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve, desejando-lhe as maiores felicidades para o desempenho do cargo.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 26 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), apresentou a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia, na sequência de uma solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Ponto 6 da Ordem do Dia - Apreciação e votação da proposta de concessionar o Serviço Público de instalação de 50 postes de publicidade direcional no Concelho de Lagos e fixação das respetivas condições gerais, à



sociedade Extradireccional, Lda., passa a Ponto 1; Ponto 1 da Ordem do Dia - Apreciação e votação do pedido de autorização para que a FUTURLAGOS – Entidade Empresarial para o Desenvolvimento, E.E.M., promova o Concurso Público Internacional de concessão da exploração de 4 pavilhões do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha/Avenida dos Descobrimentos e fixação das respetivas condições gerais, passa a Ponto 2; Ponto 2 da Ordem do Dia - Apreciação e votação do pedido de autorização para que a FUTURLAGOS – Entidade Empresarial para o Desenvolvimento, E.E.M., promova o Concurso Limitado por prévia qualificação para a concessão da exploração do Parque de Estacionamento Coberto da Frente Ribeirinha e Zonas de Estacionamento Tarifado na Via Pública, em Lagos, passa a Ponto 3; Ponto 3 da Ordem do Dia - Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Circulação e Estacionamento na Zona Intra-Muralhas, na Zona de Estacionamento de Duração Limitada e nos Parques Cobertos da Cidade de Lagos, passa a Ponto 4; Ponto 4 da Ordem do Dia - Apreciação da Proposta de Lei nº 44/XII, relativa à Reorganização Administrativo Territorial Autárquica, passa a Ponto 5; Ponto 5 da Ordem do Dia - Apreciação e votação do pedido de ratificação de Deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião realizada a 4/01/2012, sobre cancelamento de visto do Tribunal de Contas e rescisão do contrato referente à contratação de Empréstimo de Curto Prazo, passa a Ponto 6.”-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que o Grupo do PSD nada tinha contra a Proposta de Alteração apresentada.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse nada ter a opor à Proposta de Alteração.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Alteração à Ordem do Dia apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 7/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Alteração apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 8/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCESSIONAR O SERVIÇO PÚBLICO DE INSTALAÇÃO DE 50 POSTES DE PUBLICIDADE DIRECIONAL NO CONCELHO DE LAGOS E FIXAÇÃO DAS RESPETIVAS CONDIÇÕES GERAIS, À SOCIEDADE EXTRADIRECCIONAL, LDA.:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-509-13.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----



Fl. 11v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) começou por dizer que a proposta apresentada pela Câmara Municipal, levanta algumas dúvidas. Disse que se trata de um contrato de concessão, logo vai haver uma transferência de competências da Câmara, no âmbito desta matéria para o privado, o que significa que todas as competências da Câmara sobre este âmbito ficam sob alçada do privado, ou seja, tudo o que é publicidade, desta natureza, durante os sete anos fica sob alçada desta empresa, ou seja, fica a mesma com o monopólio desta área de atividade. Referiu que a Câmara está a cobrar cerca de vinte e oito euros mensais por cada poste, o que é, na opinião do PSD, um valor muito baixo para entregar o monopólio da publicidade no Concelho de Lagos, durante sete anos. Disse que toda esta situação prejudica outras empresas do Concelho que trabalham neste ramo.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) perguntou se este assunto também englobava os outdoors ou se estes estavam fora deste contrato.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que perante os valores apresentados estavam reunidas as condições para a Câmara continuar a ter o trabalho que tinha, até há seis anos atrás, quando abandonou a sinalética urbana, ou seja, a Câmara tem todas as condições para realizar este tipo de trabalho em vez de o concessionar por um período tão grande e por um custo tão baixo. Referiu que o atual princípio da Câmara é o de arrecadar o mais possível agora e depois logo se vê como isto corre. Anunciou que não concorda com a solução apresentada e que iria votar contra.-----

-----A Sra. Manuel Goes (BE) disse também ter estranhado as contas, isto é, o valor ser tão baixo para uma concessão pública para privado, pelo que o BE iria votar contra.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que as intervenções da CDU e do BE eram esperadas assim como a do PSD que acha que a Câmara está a gerir isto tudo muito mal. Informou que este concurso internacional esteve aberto, por mais do que uma vez e nenhum dos grandes gestores se lembrou da concorrer e a dar um pouco mais à Câmara Municipal. Disse que a ideia de que a Câmara anda a arrecadar receitas a todo o custo não é verdadeira e a prova é que os pagamentos referentes a este contrato são trimestrais. Referiu que isto se trata de uma concessão, mas não público/privada, e por isso é passado o monopólio que a Câmara Municipal detinha neste âmbito, para um privado, o que afasta eventuais interessados de entrar neste negócio. Disse que a Câmara nunca conseguiu tratar, devidamente, deste assunto e que a empresa que vai ficar com esta concessão vai ter muito que investir e vai ter que ser prestado um serviço eficiente e eficaz, coisa que o Município mostrou não ser capaz de o fazer, assim como se verifica noutros Municípios. Resumindo disse que é uma concessão, é uma transferência de um monopólio que é municipal, pelo valor que foi o melhor depois do concurso ficar deserto. Reafirmou que os serviços municipais, há já muito tempo, declararam que não estavam em condições de levar por diante, com eficiência, eficácia e qualidade a manutenção deste tipo de serviço, pelo que é este o caminho a ser tomado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que os Membros da Câmara não foram eleitos para fugir às competências e responsabilidades, de que previamente tinham conhecimento. Referiu que este processo tem alguns anos e durante esse espaço de



tempo as taxas foram alteradas, pelo que os valores apresentados são baixos. Realçou que esta concessão não define uma série de situações, como por exemplo a iluminação dos postes. Referiu que é estranho a Câmara dizer que os serviços não têm capacidade para fazer os serviços, quando por outro lado diz que os funcionários e os serviços da Câmara Municipal são todos muito competentes. Disse que ainda não tinha sido explicada a base económica que levou aos valores apresentados. Referiu que a dúvida do PSD subsiste, ou seja, será esta a melhor solução para o Município?-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que se a Câmara transfere para uma entidade privada uma competência que é da Câmara, está a fazer uma concessão de uma competência pública a um privado.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) perguntou qual o tempo previsto para a sinalética estar colocada. Disse que a Câmara tem bons recursos humanos, mas não para gerir com rigor e eficiência esta área. Referiu que o concessionário vai ser responsável pela fiscalização e isso é importante. Disse que também acha o valor baixo, mas a Câmara deve ter feito contas ao investimento que teria de fazer, no caso de esta área ficar sob alçada da Câmara, e neste momento não há condições para investir, pelo que tem esperança que isto corra pelo melhor.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que sente tristeza ao ouvir dizer que a Câmara Municipal, que tem um Presidente, quatro Vereadores a tempo inteiro e cerca de oitocentos funcionários, não tem ninguém capaz para dar seguimento a esta competência da Câmara Municipal. Referiu que a Câmara tem meios humanos para cumprir as suas competências e no caso de não ter funcionários habilitados para tal, existe formação para isso.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que o PSD tem dúvidas, mas o discurso apresentado é sem nexo, sem fundamento e sem conhecimento da questão e é feito até ao arrepio das suas próprias linhas ideológicas. Disse que quem vai pagar o valor em causa são as empresas de Lagos, uma vez que são as empresas que vão fazer publicidade nos postes que vão pagar ao concessionário os respetivos valores. Referiu que o que está em causa é um serviço público, que a Câmara reconhece, ao contrario da CDU, não ter condições para prestar, uma vez que as equipas técnicas estão cada vez mais diminuídas e impossíveis de alargar. Disse que espera já ter postes colocados e com publicidade pela Páscoa. Referiu que esta questão é uma questão de opção por parte do Executivo camarário.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE CONCESSIONAR O SERVIÇO PÚBLICO DE INSTALAÇÃO DE 50 POSTES DE PUBLICIDADE DIRECIONAL NO CONCELHO DE LAGOS E FIXAÇÃO DAS RESPETIVAS CONDIÇÕES GERAIS, À SOCIEDADE EXTRADIRECCIONAL, LDA.**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	-	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	-	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	-	1	1	7



Fl. 12v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----DELIBERAÇÃO Nº 9/AM/2012:

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar concessionar o serviço público de instalação de cinquenta postes de publicidade direcional no concelho de Lagos à sociedade Extradireccional, Lda. e a respetiva minuta do contrato, nos termos previstos na alínea q) do nº 2, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 1 de fevereiro de 2012.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire: “Consideramos que esta competência deveria ser exercida pela Câmara Municipal e não concessionada. Por este caminho qualquer dia vê-se competências próprias do Presidente da Câmara a serem concessionadas.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Votamos contra este procedimento não por uma questão ideológica, uma vez que aceitamos a formulação e a concessão deste tipo de competências, mas por quanto achamos que os valores inerentes ao presente procedimento aqui apresentados são, economicamente, desfavoráveis ao Município, por um período de tempo e por uma área de concessão demasiado elevada. Achamos que o preço unitário de vinte e oito euros e cinquenta e sete centimos, por placar biface, por mês, para o Concelho de Lagos é um preço que economicamente é irrisório e não se afigurando ser a melhor solução para esta concessão.”-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA QUE A FUTURLAGOS – ENTIDADE EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.E.M., PROMOVA O CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE 4 PAVILHÕES DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FRENTE RIBEIRINHA/AVENIDA DOS DESCOBRIMENTOS E FIXAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES GERAIS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 509-14.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

Seguidamente teve lugar uma apresentação, em powerpoint, por parte do Dr. António Leitão, Diretor Executivo da Futurlagos, composta pelos seguintes diapositivos:





Planta de coberturas



Bar



Bar - projecto



Bar - projecto



Vista parcial – posto de venda e bar



Posto de venda



Acesso plataforma



Vista aérea





Fl. 13v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) perguntou qual o tipo de piso a ser utilizado no espaço.-----

-----O Dr. António Leitão, Diretor Executivo da Futurlagos, disse que seria um material que é um compósito de madeira e plástico, igual ao que foi aplicado na ponte que liga a área do Tribunal à superfície do Parque de Estacionamento.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou qual o custo anual da manutenção desse piso a ser aplicado.-----

-----O Dr. António Leitão, Diretor Executivo da Futurlagos, disse que inicialmente esteve prevista a aplicação de um deque de madeira, hipótese abandonada precisamente pelos custos elevados de manutenção, sendo que este compósito tem garantia de vinte anos, não havendo manutenção, para além da normal lavagem do piso.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou a quem cabia o encargo com as estruturas públicas do espaço, como as casas de banho, as palmeiras, etc..-----

-----O Dr. António Leitão, Diretor Executivo da Futurlagos, disse que tanto a limpeza das casas de banho como a limpeza do espaço público da área em questão estará a cargo dos concessionários, pelo menos é essa a ideia atual. Em relação aos espaços verdes esclareceu que a manutenção dos mesmos caberá ao Município.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a dúvida do PSD sobre este assunto estava relacionada com a capacidade existente no momento de se poder estabelecer no espaço em causa, de forma efetiva, os quatro estabelecimentos previstos, dada a natureza dos mesmos dadas as restrições, em termos de atividade, e os valores apresentados. Referiu que não vislumbra potenciais interessados em explorar os estabelecimentos em causa, na atual conjuntura. Disse vir a assistir a uma retração da atividade económica no Centro Histórico de Lagos. Referiu que o Centro Histórico, dadas as políticas seguidas nos últimos anos, tem sido despido da maior parte dos serviços que existiam. Afirmou que o Centro Histórico é definido como uma zona de restauração e bebidas e com algum, cada vez menos, comércio e estas estruturas, a par de outras que vão surgir na Avenida, na opinião do PSD, criam a convicção de que aquilo que já está mal vai piorar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por considerar o comprometimento, por trinta anos, do espaço em causa, demasiado. Disse que podiam ter sido levados em consideração os doze anos dos concessionários das praias, uma vez que os trinta anos é um prazo muito dilatado, o que em nada beneficia a cidade.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o BE não vê esta questão nem como o PSD nem com a CDU, vendo sim, nesta aposta, caso seja concretizada, uma certa dinâmica para à cidade, anunciando o seu voto a favor neste Ponto.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que hoje em dia, todos têm dúvidas e não há garantia que deste concurso saiam os concessionários pretendidos, mas a obrigação do Município e da Empresa Municipal é criar condições para tornar apetecível esta concessão, atribuindo um prazo razoável para um tão grande investimento. Disse que os ramos previstos para os estabelecimentos estão definidos desde sempre, ou seja, não vão ser criadas concorrências com a generalidade dos restaurantes; vão ser criadas concorrências



com alguns bares, aos quais, os que estão nas zonas mais problemáticas, a Câmara vai deixar de dar licença para se manterem abertos até tão tarde, porque vão ser criados na cidade, com condições, bares que podem ajudar à vida noturna, sem grande perturbação dos residentes do Centro Histórico, coisa que atualmente não se verifica. Disse que, na dúvida, vai em frente, mas gostaria de conhecer os caminhos daqueles que também têm dúvidas, porque quem só tem dúvidas e não aponta caminhos não vai a lado nenhum. Referiu que a proposta que está em discussão é, na opinião da Câmara Municipal, equilibrada e justa, dando seguimento ao que está planeado para a Frente Ribeirinha.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que a Assembleia Municipal é um espaço de discussão e quando há dúvidas estas têm que ser colocadas. Disse ter ficado preocupado com o mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente quando este diz que vai deixar de dar licenças aos bares, uma vez que parece que os atuais bares são, vão ser problemáticos depois de começar a funcionar a concessão agora em discussão. Afirmou que esta não é a melhor maneira de lidar com esta situação, uma vez que há que haver respeito por quem trabalha e pelo investimento feito pelos donos dos bares; levando esta situação a perguntar quais são os bares que são problemáticos e se só vão ser problemáticos depois de dois mil e treze. Disse ainda que parece que se for concessionário da Câmara Municipal o estabelecimento pode funcionar até às quatro horas da manhã, mas se for arrendatários de outra pessoa não o poderá fazê-lo, que critério é este?----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que entre as dúvidas do PSD e do seu líder e as preocupações e afirmações, a qualidade não muda, continua a ser muito liminar. Referiu que o que vai ser feito é o que sempre foi dito, ou seja, quando os bares a concessionar estiverem em pleno funcionamento, sem prejudicar ninguém, até altas horas da madrugada, haverá condições, seguindo as regras, para, por exemplo, não permitir alargamento de horário a determinados estabelecimentos. Terminou afirmando que o Executivo, mais do que ninguém, quer defender o Centro Histórico da Cidade.-----

-----Posto isto passou-se à votação do **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA QUE A FUTURLAGOS – ENTIDADE EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.E.M., PROMOVA O CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE 4 PAVILHÕES DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA FRENTE RIBEIRINHA/AVENIDA DOS DESCOBRIMENTOS E FIXAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES GERAIS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	-	0	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	-	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	-	1	0	6

-----**DELIBERAÇÃO Nº 10/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a FUTURLAGOS – Entidade Empresarial para o Desenvolvimento, E.E.M., a promover o Concurso Público Internacional de concessão da exploração de quatro pavilhões do Parque de Estacionamento da



Fl. 14v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Frente Ribeirinha/Avenida dos Descobrimentos, e fixadas as respetivas condições gerais, nos termos previstos na alínea q) do nº 2, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 1 de fevereiro de 2012.-----

-----Declaração de Voto apresentada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Atribuir 30 anos de concessão para os quiosques não faz nenhum sentido, mesmo considerando as condições de totais encargos para os concessionários. Não é admissível esse tipo de prazos para concessão de instalações de tipo efémero por desatualização e desconhecimento do evoluir das respostas a dar a novas exigências, inevitáveis neste prazo, mas imprevisíveis na sua natureza, ou por necessidade de diferente uso para aquele local. Em quaisquer condições, o direito de preferência tem que ser especificado a quem se atribui, e tem que incluir estabelecimentos de instalação já consolidada no Município, no período mínimo de 10 anos. Nestes termos dizemos não à proposta apresentada, razão pela qual votamos contra.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “O PSD votou contra o presente procedimento por quanto achamos que o mesmo é um fator de desertificação e desequilíbrio das atividades económicas intramuralhas, designadamente daquelas que vão ali ser efetuadas, bem como esta é mais uma decisão deste Executivo que nos trouxe até ao precipício económico com as políticas desastrosas, designadamente pelo facto de ter capacidade para aprovar e fazer executar o modelo económico real e capaz de servir os interesses do Município e dos munícipes de Lagos.”-----

-----**PONTO 3 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA QUE A FUTURLAGOS – ENTIDADE EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.E.M., PROMOVA O CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO COBERTO DA FRENTE RIBEIRINHA E ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA VIA PÚBLICA, EM LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 509-16.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Seguidamente teve lugar uma apresentação, em powerpoint, por parte do Dr. António Leitão, Diretor Executivo da Futurlagos, composta pelos seguintes diapositivos:



Resumo da Despesa	2010	2011	2012
Despesa	1000	1000	1000
Despesa com	1000	1000	1000
Despesa com	1000	1000	1000
Despesa com	1000	1000	1000
Despesa com	1000	1000	1000

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE RECEITAS					
Item	2010	2011	2012	2013	2014
Receita	1000	1000	1000	1000	1000
Receita com	1000	1000	1000	1000	1000
Receita com	1000	1000	1000	1000	1000
Receita com	1000	1000	1000	1000	1000
Receita com	1000	1000	1000	1000	1000

Custos	
* Custos atuais - cerca de 210.000 a 300.000	
* Encargos com financiamento ELISA - cerca de 210.000 / trimestre.	

Concessão?	
* Custos com investimento Vs receitas operação (preços)	
* Contrato com IPTM - 40 anos e 6 meses.	
* Testes de	
* Em qualquer circunstância!	

Concessão - condições	
* Preço: cerca de 35 anos (IPTM)	
* Adiantamento: 17.500.000	
* Receita total de, pelo menos, 10.000.000 (17.500.000 pela restante período - 470.000/ano.	
* Dados obtidos através de estudos económicos realizados com a CML (Laboratório de Estudos Económicos)	

Objecto da concessão	
* Gestão e exploração em regime de concessão de serviço público, dos lugares pagos na área definida da via pública, e no Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, num total de 1203 lugares:	
* 410 lugares no Parque da Frente Ribeirinha;	
* 793 lugares de estacionamento na via pública	



Fl. 15v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a questão do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha é cara ao Município de Lagos, porque ela encerra questões que vão para além da questão económica que foi exposta pelo Dr. António Leitão. Afirmou que o Centro Histórico de Lagos é por, por excelência, o centro principal das atividades económicas do Concelho de Lagos, é uma zona que se pretende que seja repovoada, é a zona do Concelho de Lagos que mais contribui, em termos efetivos e globais para o número de empregos. Disse compreender o interesse do Município em resolver um problema económico, só que os interesses do Município, em relação ao Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha e ao estacionamento à superfície no Centro, vão para além dos aspetos económicos. Referiu que para o PSD é fulcral o Município ter o poder efetivo do estacionamento, sendo que o que está a ser feito é concessionar o estacionamento, sem capacidade de ressaltar os outros interesses, para além dos interesses económicos. Disse que o concurso em causa vai ser mais um fator de destabilização da capacidade de concorrência do Centro Histórico e da capacidade de gerar receita no Centro Histórico dentro da cidade. Referiu que mais estabelecimentos no Centro Histórico irão encerrar, uma vez que os locais onde existe concorrência têm estacionamento grátis. Disse que outros concelhos, em áreas sensíveis, estão a retirar parquímetros e estão a voltar a ter trânsito automóvel nos centros, enquanto Lagos está a retirá-lo. Referiu que os Técnicos Municipais e a Futurlagos, deveriam encarar a situação do estacionamento com outro sentido e com uma visão estratégica global do desenvolvimento do tecido económico. Terminou anunciando o voto contra do PSD neste Ponto da Ordem do Dia.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) perguntou, ao PSD, quais são os outros interesses, para além dos económicos, que não estão a ser salvaguardados, em relação à concessão em causa. Sobre o Centro Histórico disse que este não é “bandeira” só do PSD, é de todos os lacobrigenses. Referiu que, na sua opinião, as atividades económicas do Centro Histórico não estão a ser estranguladas pelo problema do estacionamento, sendo muito simplista a conclusão tirada pelo Sr. Nuno Serafim. Questionou se não será austeridade, sobre austeridade, protagonizadas pelo Governo do PSD/CDS, que tem engolido todas as atividades económicas locais e nacionais.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o voto do BE em relação a este assunto



iria ser contra. Referiu compreender o facto de que o Município precisa de ir buscar dinheiro, mas esta situação não defende os interesses da cidade, porque vai encarecer o estacionamento. Disse ainda que a questão da desertificação do Centro Histórico tem a ver com muitas coisas, entre as quais o estacionamento pago.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) esclareceu que existe o interesse económico da Câmara Municipal e outros interesses a nível da promoção e desenvolvimento das atividades económicas dos privados, dos munícipes. Disse que a Futurlagos tem uma componente que lhe dará uma mais valia, que é ter a capacidade de definir políticas de promoção do Centro Histórico, bem como de outras zonas da cidade e nesse sentido até tem feito algum trabalho junto dos comerciantes da cidade de Lagos, criando algumas campanhas e promoções que fazem com que essas atividades tenham uma mais valia competitiva, podendo oferecer aos seus clientes estacionamento gratuito, a preços mais favoráveis do que aqueles praticados ao público, por exemplo; tem ainda a utilização de parques para eventos, situação que vai deixar de acontecer com privados a explorar os parques de estacionamento. Disponibilizou-se e convidou a Sra. Maria Fernanda Afonso para percorrer os estabelecimentos do Centro Histórico no sentido de ouvirem a opinião dos comerciantes sobre este assunto. Disse que o comércio no Centro Histórico não se restringe à restauração e bebidas, existe outro tipo de comércio que são verdadeiramente afetados vivendo, atualmente, grandes dificuldades, no âmbito das suas atividades.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que as dúvidas colocadas são retóricas e justificações para atitudes. Referiu ser demagogia afirmar-se que foi o estacionamento que causou o encerramento do comércio do Centro Histórico de Lagos; ironizando, disse que foi o estacionamento de Lagos que causou o encerramento de comércio numa série de localidades do País. Disse que em Lagos nunca houve tanto sítio para estacionar como o que existe atualmente e de borla. Referiu que o concessionário não vai fazer a exploração assim como bem entender, uma vez que a exploração tem regras, Disse que os preços não vão aumentar porque os possíveis interessados não fazem outra coisa que não seja explorar parques de estacionamento e quem aprova as alterações aos preços é a Câmara Municipal. Afirmou que o valor é elevado, mas os interessados têm grande experiência nesta área. Disse que o valor servirá para financiar a Empresa Municipal, financiar o Município e amortizar o enorme investimento que foi feito na construção dos Parques de Estacionamento. Referiu que nada disto é novidade e não aparece neste momento por causa da crise, tudo isto constava do programa de intenções desde o princípio, não tendo sido feita a concessão no início porque não existia qualquer histórico.-----

-----Posto isto passou-se à votação do **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA QUE A FUTURLAGOS – ENTIDADE EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO, E.E.M., PROMOVA O CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO COBERTO DA FRENTE RIBEIRINHA E ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA VIA PÚBLICA, EM LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:



Fl. 16v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	19	0	-	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	-	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	-	1	1	7

-----**DELIBERAÇÃO Nº 11/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a FUTURLAGOS – Entidade Empresarial para o Desenvolvimento, E.E.M., a promover o Concurso Limitado por prévia qualificação para a concessão da exploração do Parque de Estacionamento Coberto da Frente Ribeirinha e Zonas de Estacionamento Tarifado na Via Pública, em Lagos, e fixadas as respetivas condições gerais, nos termos previstos na alínea q) do nº 2, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2012.-----

-----Declaração de Voto apresentada pela Sr. José Manuel Freire (CDU):
“Consideramos que a Câmara perde o controle sobre alternativas e alterações de uso do parque, tarifas e períodos de uso, conforme o evoluir das circunstâncias e do apoio aos agentes económicos e à população em geral. As indefinições sobre as condições da Cidade nos tempos futuros, aconselham a maior prudência, evitando a criação de longos compromissos contratuais com terceiros, que comprometam a oportuna tomada de decisões adequadas aos interesses gerais, e não apenas aos deste momento de incertezas. Nestes termos dizemos não ao princípio de concessão do parque de estacionamento da frente ribeirinha e zonas de estacionamento tarifado na via pública, razão pela qual votamos contra.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 5 de março de 2012, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 4 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 25 minutos, da madrugada do dia 28 de fevereiro, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,-----

-----,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

FL. 17

.....
